

Crítica malatestiana às vertentes estatistas do socialismo¹

Errico Malatesta's critique of statist tendencies of socialism

Claudio Ricardo Martins dos Reis²

Resumo: O problema fundamental que envolve as críticas a serem examinadas refere-se aos meios de que a sociedade deveria se utilizar para promover uma transformação visando a emancipação humana. Nesse sentido, objetiva-se apresentar as críticas do teórico e militante anarquista Errico Malatesta a duas vertentes estatistas do socialismo. Uma é a vertente reformista, identificada na socialdemocracia de fins do século XIX e início do século XX; a outra é a vertente revolucionária, associada à emergência do bolchevismo após a Revolução Russa de 1917. Em todo caso, o texto não se limita exclusivamente às críticas de Malatesta. Quando possível, tomando em conta os limites do espaço, é apresentada sua visão alternativa sobre o assunto. Este artigo inicia esclarecendo a visão de Malatesta frente a conquistas que poderiam representar passos rumo a um objetivo emancipatório; em seguida, apresenta suas críticas quanto à utilização de reformas parlamentares como meio adequado para se alcançar uma sociedade de seres livres e iguais. Posteriormente, é apresentada a crítica de Malatesta quanto à vertente estatista revolucionária do socialismo. Neste tópico, é feita uma pequena contextualização que se entende necessária, além de uma problematização sobre a pretensa “ditadura do proletariado”.

Palavras chave: Ditadura do Proletariado. Estratégia. Reforma. Revolução.

Abstract: The fundamental problem that underlies the criticisms to be examined refers to the means that society should use to promote social change bearing in mind human emancipation. In this sense, the objective is to present the criticism of the theoretical and militant anarchist Errico Malatesta of two aspects of statist socialism. One would be the reformist tendency, identified in the Social Democracy of the late nineteenth century and early twentieth century; the other would be the revolutionary tendency, which is associated with the emergence of Bolshevism after the Russian Revolution of 1917. In any case, the text is not limited exclusively to Malatesta's criticisms. When possible, taking into account the limitations of space, his alternative view on the subject is presented. This article begins by clarifying Malatesta's view on the achievements that could represent steps towards an emancipatory goal; then presents his criticism of the use of parliamentary reforms as an appropriate means to achieve a society of free and equal human beings. Subsequently, Malatesta's criticism of the revolutionary statist tendency of socialism is presented. In this topic, a short contextualization is given, in addition to a questioning about the alleged “dictatorship of the proletariat”.

Keywords: Dictatorship of the Proletariat. Reform. Revolution. Strategy.

* * *

¹ Este trabalho constitui uma ampliação e refinamento de uma comunicação oral apresentada no XXXI Encontro Nacional dos Estudantes de Filosofia, ocorrido em janeiro de 2015 na Universidade de Brasília (UnB).

² Graduando em Filosofia e Mestrando em Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Valério Pillar. E-mail: claudiormreis@gmail.com

1. Considerações iniciais

De que meios a sociedade deveria se utilizar para promover uma transformação no sentido da emancipação humana? Ou melhor, de que meios ela *não* deveria se utilizar? Este é o problema central do presente texto. Trata-se de um problema eminentemente estratégico; sendo, portanto, de cunho teórico-metodológico. Para examiná-lo, pretende-se expor a crítica do militante e teórico anarquista Errico Malatesta (1853-1932) às vertentes estatistas do socialismo, isto é, àquelas vertentes que preconizam a utilização e ampliação do poder do Estado como meio para a emancipação social.

Como todo trabalho filosófico, além da colocação do problema, clarificam-se conceitos e estabelecem-se distinções. O problema foi recém-exposto. O conceito principal a ser clarificado – intenciona-se dar uma grande contribuição a isso – refere-se à chamada “ditadura do proletariado”; e a distinção mais básica na presente análise é a separação da vertente estatista do socialismo em duas: vertente reformista e vertente revolucionária. Como se verá, tanto uma quanto outra está sujeita a críticas por parte de Malatesta. Contudo, mesmo que o principal objetivo seja a apresentação e análise de sua crítica, este estudo não se limitará a isso. Elementos propositivos de sua visão são abordados em determinados momentos, como no início do próximo tópico. Em todo caso, devido ao limite de páginas, optei por tratar especificamente a estratégia preconizada por Malatesta em outro artigo (REIS, 2015).

O presente texto inicia esclarecendo a visão de Malatesta frente a conquistas que poderiam representar passos rumo a um objetivo emancipatório; em seguida, apresenta suas críticas quanto à utilização de reformas parlamentares como meio adequado para se alcançar o socialismo. Posteriormente, é apresentada sua crítica relativa à vertente estatista revolucionária do socialismo, ou seja, àquela vertente que preconiza a necessidade da revolução, mas que dá ao Estado, mesmo que se diga provisoriamente, um papel central nesse processo. Neste tópico, é feita uma pequena contextualização histórica que se entende necessária, além de uma problematização sobre a pretensa “ditadura do proletariado” em sua acepção leninista.

2. O avanço moral e material pela ação direta em contraposição ao reformismo estatista

Errico Malatesta foi um anarquista revolucionário. Como tal, esteve em profundo desacordo com os reformistas, os quais passaram a ter maior destaque após o advento da organização fundada em 1889, conhecida como Internacional Socialista ou Segunda Internacional. Mesmo que estes reformistas pudessem ter os mesmos objetivos emancipatórios dos revolucionários, havia um inevitável desacordo em termos de estratégias para se alcançar o mesmo fim. Isso não significa, porém, que Malatesta – como revolucionário – entenda como inútil toda pequena transformação da realidade. Contrariando essa visão, ele nos dirá que “[t]oda vez que a autoridade é enfraquecida, toda vez que uma grande parcela de liberdade é conquistada e não mendigada, é um progresso rumo à anarquia” (MALATESTA, 1989a, p. 65) e que “não se trata [...] de chegar à anarquia hoje, amanhã ou em dez séculos, mas caminhar rumo à anarquia hoje, amanhã e sempre” (MALATESTA, 1989a, p. 64).

Suas críticas se referem às transformações que não acumulam forças em direção à sociedade por ele desejada; àquelas transformações que, no seu entender, mais servem para iludir o povo do que o aproximar de uma real emancipação. Para Malatesta (1989a, p. 65):

[o] problema reside no fato de saber escolher a via que de fato nos aproxima da realização de nosso ideal, e de não confundir os verdadeiros progressos com essas reformas hipócritas, que, a pretexto de melhorias imediatas, tendem a afastar o povo da luta contra a autoridade e o capitalismo, a paralisar sua ação e a deixá-lo esperar que algo possa ser obtido pela bondade dos patrões e dos governantes. O problema consiste em saber empregar o quinhão de forças que possuímos e que adquirimos do modo mais econômico e mais útil ao nosso objetivo.

Fica claro, portanto, que Malatesta não possui uma visão do tipo “tudo ou nada” para a transformação social. O fato é que ele toma como vital os meios empregados para se atingir o fim proposto. São duas as condições: estes meios precisariam estar de acordo com os fins e, além disso, serem realmente tomado como meios. Malatesta (1989b, p. 28) destaca: “Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta”. Ele entende que não são as pequenas conquistas materiais em si mesmas, mas a conscientização alcançada a partir da ação direta que possui um grande valor. Essa concepção provém da análise

malatestiana de que os meios não podem se sobrepor aos objetivos últimos. É justamente a defesa dessa visão que não o deixa cair no lamaçal do reformismo; é o que o assegura como revolucionário. Malatesta, além disso, compreende que os meios precisam ser consequentes com os objetivos propostos. Ele é intransigente na coerência entre meios e fins, e aí está o principal elemento da crítica malatestiana às vertentes estatistas do socialismo. São, portanto, esses dois elementos – o entendimento de que os meios precisam ser determinados pelos fins e de que tais meios precisam se desenvolver ao máximo para que o fim proposto seja concretamente alcançado – que o faz de Malatesta ao mesmo tempo libertário e revolucionário.

Para ele, muitos socialistas se iludiram com o sufrágio universal e se corromperam ao tomar as eleições como estratégicas para seu objetivo. Em sua visão, o parlamentarismo é uma forma política que corresponde ao modelo capitalista de sociedade, sendo alheio – e estando em contradição – com a proposta socialista. Nas suas palavras:

Antes de examinar a influência que o parlamento exerceu no movimento socialista, é bom estudar o sufrágio universal, quer como princípio, quer como instrumento de emancipação; pois foi ele que, dando ao parlamentarismo – essa forma política própria do regime burguês – a consagração dum suposto consenso popular, fez com que um certo socialismo pudesse achar a ocasião, procurada ou não, de descer ao terreno parlamentar e assim corromper-se e aburguesar-se. (MALATESTA, 1986, p. 79)

Uma vez mais, Malatesta (1986, p. 90) expõe a proximidade entre os representantes da classe dominante e os supostos representantes da classe oprimida quando afirma que “[o] terreno comum em que se encontravam os burgueses, que procuravam corromper, e esses socialistas, que procuravam ser corrompidos, foi a urna eleitoral”. Para Malatesta (1986, p. 93): “o ambiente parlamentar corrompe, e o operário e o revolucionário deixam de o ser pelo simples fato de se terem tornado deputados”.

O problema, portanto, não estaria em possíveis vícios pessoais ou no temperamento de quem se alçou às estruturas do poder político, mas na própria política acionada por meio do Estado, na natureza mesma da instituição estatal. Esse entendimento deu a Malatesta uma previsão, e a história italiana lhe ofereceu uma corroboração empírica, na medida em que “[o] partido revolucionário, que entrava no parlamento, devia tornar-se reformista, e assim foi” (MALATESTA, 1986, p. 91). Por isso, “[c]onfiar aos deputados o patrocínio da vontade popular só serve para fornecer ao

governo o meio de a iludir e para entreter o povo com esperanças vãs” (MALATESTA, 1986, p. 94). Malatesta (2014a, p. 62) nos diz ainda, em texto datado de 1905, que:

[j]á faz um certo tempo que os socialistas reformistas puseram-se a modificar não somente a tática, mas também as teorias do socialismo, para justificar todas as suas renúncias. Um certo número de ideias e preconceitos de ordem moral, política e econômica, que são em sua essência burgueses, infiltraram-se assim, pouco a pouco, na doutrina socialista.

Com a consolidação da Segunda Internacional e o consequente avanço da socialdemocracia no movimento socialista, parte dos anarquistas deixarão de se intitular socialistas, não porque tenham mudado de opinião, tática ou objetivo, mas simplesmente para não serem confundidos com os socialistas reformistas. Malatesta (2014b, p. 156-157) diz-nos:

Na Itália, o socialismo é, desde o início, anarquista, e durante longos anos fomos e nos chamamo-nos de socialistas, considerando, como continuamos a fazê-lo, que não pode existir socialismo sem liberdade, sem anarquia. Mais tarde, a corrente parlamentarista e colaboracionista levou a melhor entre os socialistas: ao separar-se do anarquismo, o socialismo caiu em tantos “tratados de vendidos” com os governos e com as classes dirigentes que acabamos deixando a denominação de socialistas.

Noutro momento, Malatesta irá novamente enfatizar essa mudança de denominação dando destaque ao fato de que isso não decorreu de uma alteração na concepção dos anarquistas, mas sim devido ao abismo cada vez maior que os socialdemocratas criavam frente ao anarquismo. É interessante notar, também, como ressaltado por Malatesta, que o socialismo na Itália – e em outros países europeus de língua latina – preconizava desde sua formação o federalismo e a ação direta. Além dos fatores a recém-mencionados, Malatesta enumera as duas principais diferenças entre os anarquistas e os socialistas reformistas, as quais são, também, as distinções centrais entre os primeiros e os socialistas estatistas que preconizam a necessidade da revolução:

[...] fomos os primeiros, na Itália, a explicar e a difundir o socialismo, e [...] se abandonamos o nome de socialistas, não foi porque nossas ideias tivessem mudado, mas para evitar sermos confundidos, nós, anarquistas socialistas, com os socialistas democratas. Nós nos separamos destes últimos, ou melhor, eles separaram-se de nós, seja por razões de tática – éramos a favor de que se derrubasse o poder político, e eles, de conquistá-lo –, seja em relação à maneira como, em

nossa opinião, o socialismo deveria ser realizado: somos libertários, e eles, autoritários. (MALATESTA, 2014c, p. 111)

Essa menção à mudança no significado do termo *socialista* nos escritos de Malatesta é fundamental para essa análise, pois só assim compreenderemos que não há contradição real entre seu pensamento antes e depois do advento da socialdemocracia (tampouco após o advento do bolchevismo, como veremos). Dessa forma, mesmo se dizendo inicialmente socialista e posteriormente afirmando que “os socialistas são parlamentaristas ou partidários da ditadura” (MALATESTA, 2014a, p. 87), isso não significa que Malatesta oscilou entre um socialismo autoritário e o anarquismo, ou entre o individualismo e o socialismo. Seu pensamento continuou o mesmo quanto a isso, o que mudou foi o significado que ele deu ao termo *socialista*. Afirmar que Malatesta tenha defendido alguma forma de individualismo porque fez crítica aos socialistas e a certas concepções do anarquismo é um erro que provém de uma análise bastante superficial, interessada mais por etiquetas do que pelos diferentes conteúdos que elas podem carregar. Como afirmou acertadamente o coletivo Luta Libertária (2002, p. 52):

Ultimamente algumas pessoas no meio libertário tem repetido a afirmação de que Malatesta foi individualista em algum momento de sua vida. Uma mentira grosseira, que não encontra argumento em nenhum texto ou atitude de Malatesta, que até o final da vida conservou-se lúcido e combateu o individualismo. É certo que terminou a vida isolado, guardado em prisão domiciliar pela polícia fascista, sem poder receber visitas, sem poder escrever suas cartas e receber sua correspondência. Foi isolado pelo fascismo, reduzido à “individualidade” à força. Foi de fato “individualizado” pelas mãos fascistas.

A partir dessas breves citações, podemos afirmar que, para Malatesta, a estratégia estatista não constitui um meio adequado para se alcançar uma sociedade de seres livres e iguais, especialmente (pelo que vimos até agora, mas não só) a estratégia baseada em reformas legislativas. Para expor de maneira clara, sem a possibilidade de interpretações equivocadas, Malatesta (2014d, p. 85) destaca que:

estamos [ele e outros anarquistas] convencidos de que o Parlamento e todos os órgãos estatais não podem servir de instrumentos de libertação e que todas as reformas feitas em regime burguês tendem a conservar e a reforçar o regime em questão. É por isso que somos firmemente contrários a toda participação nas lutas eleitorais e a toda colaboração com a classe dominante; queremos aprofundar o abismo que separa o proletariado do patronato e tornar a luta de classes cada

vez mais aguda.

3. Críticas à vertente estatista revolucionária do socialismo e sua pretensa “ditadura do proletariado”

Mesmo que não tenhamos tratado especificamente da estratégia estatista revolucionária, o que vimos até agora traz elementos que nos ajudam a entender a visão de Malatesta sobre essa vertente do socialismo. Vimos que o Estado é entendido como uma instituição inevitavelmente autoritária e que, por isso, “não pode servir de instrumento de libertação”. Vimos, também, que as reformas parlamentares – mesmo que possam trazer melhorias imediatas – não constituem um meio adequado para se aproximar ao ideal anarquista; seriam, no fundo, um meio “para iludir e para entreter o povo com esperanças vãs”. Veremos agora, de modo mais específico, a crítica malatestiana para com aquela vertente socialista que preconiza a necessidade da revolução, mas que dá ao Estado, mesmo que se diga provisoriamente, um papel central nesse processo. Enquanto o socialismo reformista criticado por Malatesta pode ser identificado na vertente socialdemocrata do marxismo, sua crítica ao socialismo estatista revolucionário encontra um movimento real no marxismo-leninismo.

Uma ampla discussão que se abate nos meios socialistas ainda antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que se intensifica a ponto de cindir a Segunda Internacional em 1914 refere-se justamente à necessidade ou não da revolução para se alcançar o socialismo. Porém, tanto a via reformista quanto a revolucionária presentes na Segunda Internacional eram majoritariamente vertentes estatistas do socialismo. O debate já não era a respeito da utilização ou não das estruturas do Estado como meio adequado para se chegar ao ideal socialista, mas entre utilizá-las prescindindo ou não da revolução. Por isso, nesse momento, os anarquistas já não estavam compondo a Segunda Internacional – ou melhor, já tinham sido expulsos. Isso não significa que eles estavam fechados em si mesmos preferindo o sectarismo aos movimentos de massa (o que, infelizmente, existiu na história do anarquismo). A questão é que uma organização que explicitamente propõe como programa a conquista do poder do Estado – seja por reformas continuadas ou por revolução – está em completa contradição com a estratégia libertária dos anarquistas. Nesse contexto, os anarquistas estavam envolvidos com o advento do sindicalismo revolucionário, que apostava na ação direta das massas sem a necessidade de uma força da elite agir em seu nome. Alexandre Samis e colaboradores (2014, p. 32) nos dirão que “[d]e fato, o

sindicalismo revolucionário tornar-se-ia um importante catalisador das energias até então, após a Comuna [de Paris], subutilizadas pelos libertários”. Foi, assim, na esteira do sindicalismo que os anarquistas obtiveram seu estatuto revolucionário definitivo em contraste com a socialdemocracia.

Após o triunfo dos bolcheviques na Revolução Russa de 1917, houve discussões sobre o significado e a necessidade daquilo que Marx e Engels haviam denominado “ditadura do proletariado” e que estava sendo defendida, na sua acepção autoritária, por aqueles que acabavam de subir ao posto do governo russo. Os anarquistas, que estiveram lutando intensamente no início da revolução (muitos dos quais acabaram por dar um apoio crítico aos bolcheviques), não ficaram alheios a esse debate, passando a divulgar suas opiniões com críticas contundentes principalmente a partir de 1921 – ano dos massacres perpetrados pelo Exército Vermelho aos marinheiros e anarquistas em Kronstadt (ver AVRICH, 2003) e ao Exército Insurgente Makhnovista na Crimeia (ver Arshinov, 1976). Em março deste mesmo ano, Lênin declarava guerra aberta aos anarquistas e sindicalistas no X Congresso do Partido Comunista Russo.

Em carta ao amigo e companheiro anarquista Luigi Fabbri, datada de julho de 1919, Malatesta mostra a confusão ocorrida com o significado do termo *ditadura do proletariado*:

[...] o que se passou, sem dúvida alguma, é que nossos amigos [anarquistas] bolchevizantes entendem pela expressão “ditadura do proletariado” simplesmente o fato, revolucionário para os trabalhadores, de tomar posse da terra e dos instrumentos de trabalho e procurar construir uma sociedade, organizar um modo de vida em que não haja lugar para uma classe que explora e oprime os produtores. Assim compreendida, a “ditadura do proletariado” seria o poder efetivo de todos os trabalhadores visando derrubar a sociedade capitalista, e tornar-se-ia a *anarquia* desde que a resistência reacionária tivesse cessado e que ninguém pudesse mais pretender obrigar a massa, pela força, a obedecer-lhe e a trabalhar para ele. Nesse caso, nossa divergência não seria mais do que uma questão de palavras. *Ditadura do proletariado*, isto significa dizer ditadura de todos, o que é o mesmo que dizer que não seria mais uma ditadura, assim como o governo de todos não é mais um governo, no sentido autoritário, histórico e prático do termo. Mas os verdadeiros partidários da “ditadura do proletariado” não a compreendem deste modo e o mostram claramente na Rússia. (MALATESTA, 2014e, p. 122, grifo do autor)

Essa confusão, no entanto, não era devida a um simples mal entendido por parte dos anarquistas. O significado do termo “ditadura do proletariado” variou imensamente,

denotando formas políticas radicalmente distintas. A partir de uma análise detida dos escritos de Marx e Engels, Eric Vilain (2011) nos mostra o quão vaga era esta ideia:

[...] a fórmula “ditadura do proletariado” recobre ao menos três conceitos:

- No *Manifesto Comunista* e no *Programa de Erfurt*, significa uma república jacobina e democrática;
- No *18 Brumário* e nas *Lutas de Classes na França*, significa uma ditadura revolucionária ultracentralizada sem representação popular;
- Em *A Guerra Civil na França*, significa uma federação vagamente libertária.

Devido a isso, Vilain (2011) nos dirá que:

[a]s concepções sobre a forma do poder operário em Marx e Engels são determinadas muito mais pelas circunstâncias de tempo e espaço – reservando-se o direito de mudar de opinião no transcurso do mesmo ano, como fez Engels em 1891 – do que por princípios precisos. Assim, cada um pode achar o que busca, bastando procurar no texto adequado.

Quanto à mudança de opinião de Engels, Vilain refere-se ao prefácio de 1891 para *A Guerra Civil na França* em que, ao tratar da forma de poder na Comuna de Paris, Engels diz: “Eis a ditadura do proletariado”; neste mesmo ano, porém, em sua crítica ao programa de Erfurt, Engels dirá que a república democrática parlamentar era igualmente “a forma específica da ditadura do proletariado”.

René Berthier (2010, p. 83), em estudo dedicado exatamente a este conceito nos dirá que o “emprego da expressão ‘ditadura do proletariado’ é raro na obra de Marx: ela aparece quatro ou cinco vezes. Foi Engels quem a designou como um elemento constituinte da doutrina”. Em todo caso, “[c]aberá a Lênin ligar definitivamente o conceito ‘ditadura do proletariado’ a um partido” (BERTHIER, 2010, p. 84). Essa concepção de Lênin pode ser atestada nas resoluções do X Congresso do Partido Comunista Russo – ocorrido entre 8 e 16 de março de 1921 – quando ele afirma que

O marxismo ensina-nos [...] que só o partido político da classe operária, isto é, o Partido Comunista, está em condições de agrupar, educar e organizar a vanguarda do proletariado e de toda a massa trabalhadora, [...], e dirigir todo o conjunto das atividades de todo o proletariado, ou seja, dirigi-lo politicamente e, através dele, dirigir todas as massas trabalhadoras. Sem isto a ditadura do proletariado é irrealizável. (LENIN, 1961, p. 311)

Berthier afirma, ainda, que essa expressão está praticamente ausente dos textos de Lênin que possuem pretensão teórica. Ela não se encontra em *As Destinações Históricas da Doutrina de Karl Marx* nem em *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, publicadas em 1913; aparece apenas uma vez, entre parênteses, como sinônimo de conquista do poder político, no texto intitulado *Karl Marx*, onde Lênin faz um breve esboço biográfico de Marx junto a uma exposição do marxismo; no texto de uma conferência realizada por Lênin em julho de 1919 intitulado *Do Estado* essa expressão também não é mencionada. O mesmo acontece em um texto escrito por ocasião do trigésimo aniversário da morte de Marx. Esses são elementos suficientes para Berthier (2010, p. 85) afirmar que:

[a] ditadura do proletariado é um conceito para uso oportunista: ela serve a Lênin para qualificar de contra-revolucionários todos aqueles que não estão de acordo com ele. Ela constitui a linha de fratura que permite situar seus interlocutores de um lado ou do outro da barreira.

Lênin e os bolcheviques, portanto, conceberam a “ditadura do proletariado” pela ideia de uma ditadura de partido que se diz representar o proletariado. Acabou sendo, independente da etiqueta que se lhe tenha dado, uma ditadura *sobre* o proletariado. Essa concepção está em profunda contradição com a proposta federalista libertária dos anarquistas. Na análise destes, foi justamente a invasão da ideia centralista no seio da revolução e o triunfo dos bolcheviques – que chega a levar a perseguições e massacres os socialistas revolucionários opositores, sindicalistas e anarquistas – os responsáveis por matar a revolução. Atestam essa ideia os livros publicados em 1921, *Os soviets traídos pelos bolcheviques* (ROCKER, 2007) e *Ditadura e Revolução* (FABBRI, 1967).

Malatesta, em sua mesma carta já citada de 1919 à Fabbri (carta essa que será o prefácio de *Ditadura e Revolução*), esclarece sobre a aplicação da “ditadura do proletariado” pelos bolcheviques e faz uma previsão de suas possíveis consequências:

O *proletariado*, naturalmente, só entra, no fim das contas, como o *povo* nos regimes democráticos, isto é, simplesmente para esconder a essência real das coisas. Na realidade, trata-se da ditadura de um partido, ou melhor, dos chefes de um partido; e é uma ditadura verdadeira, no sentido próprio do termo, com seus decretos, suas sanções penais, seus agentes de execução e, sobretudo, sua força armada que serve, ainda hoje, para defender a revolução contra o inimigo externo, mas que, amanhã, servirá para impor aos trabalhadores a vontade dos ditadores, interromper a revolução,

consolidar os novos interesses que se criam pouco a pouco e defender uma nova classe privilegiada contra a massa. (MALATESTA, 2014e, p. 122-123, grifo do autor)

Como se pôde notar, Malatesta nos mostra uma visão aguçada quanto à análise a se fazer do fenômeno que se desenrolava na Rússia. Mesmo estando distante e não podendo ainda examinar em detalhe os acontecimentos daquele momento, ele consegue fazer previsões acertadas a partir da sua concepção de poder e de seu método de análise. Malatesta critica o argumento que estabelece a necessidade de uma ditadura para defender a revolução, entendendo que essa ditadura acabará por fazer o papel da contra-revolução. Na mesma carta, ele (2014e, p. 123) continua:

O general Bonaparte também serviu para defender a Revolução Francesa contra a reação europeia, mas, ao defendê-la, ele estrangulou-a. Lênin, Trótski e companhia certamente são revolucionários sinceros em relação a seu modo de compreender a revolução [Malatesta e quase todos os socialistas europeus não tinham ideia exata do que se passava na Rússia em julho de 1919], e não a trairão; mas preparam os quadros governamentais que servirão àqueles que, em seguida, virão a aproveitar-se da revolução e matá-la. Serão os primeiros a ser vítimas de seu método [o que se passará com Trótski], e a revolução cairá com eles, temo por isso. É a História que se repete: *mutatis mutandis*. É a ditadura de Robespierre que conduz Robespierre ao cadafalso e que prepara o caminho para Napoleão.

Novamente, uma boa análise preditiva da situação, que encontrará a mais clara corroboração empírica. Malatesta apresenta outra crítica quanto à necessidade de uma ditadura como etapa de transição no processo revolucionário. Desta vez, trata-se de um texto em que ele polemiza com um socialista (que ele chama de Maxim) adepto da “ditadura do proletariado” nos moldes bolcheviques. Diz-nos Malatesta (2014f, p. 136):

Ele [Maxim] deveria demonstrar-nos como e por que os homens mais ativos, os mais inteligentes, os mais influentes seriam mais úteis estando no governo, onde desperdiçariam necessariamente o melhor de sua energia em seus esforços para manter-se no poder, ao invés de estar nos seios das massas, trabalhando, incitando os outros a trabalhar dando-lhes o exemplo e tomando todos os tipos de iniciativas benéficas.

Porque Maxim defende que estes indivíduos precisam estar no governo, atuando não junto às massas, mas pretensamente para elas, Malatesta (2014f, p. 136) o toma como autoritário:

Este modo de pensar de Maxim é o de todos os conservadores, de todos os reacionários: o medo, o desprezo da massa e a fé na virtude taumatúrgica (milagrosa) que a “autoridade” confere a quem dela está investido. Ele é um fervoroso do chicote.

Para Malatesta (2014g, p. 127): “os socialistas falam de ditadura do proletariado como os democratas falavam de governo do povo”. Assim, da mesma maneira que ele desaprova a democracia parlamentar, que é o pretenso governo do povo, ele dirá “[d]itadura do proletariado, não obrigado” (MALATESTA, 2014f, p. 136).

Em 1923 – e antes ainda, já em 1921 – Malatesta deixa de tomar Lênin e Trótski como “revolucionários sinceros” (mas não esqueçamos que, de qualquer forma, sua crítica ao governo bolchevique vem desde o início, ou melhor, desde antes de ele se constituir) e resume sua visão geral sobre a Revolução Russa, demonstrando uma profunda simpatia e esperança no seu desenrolar inicial e condenando Lênin, Trótski e companhia por sua mania “ferozmente autoritária” que, segundo ele, acabou por matar o processo revolucionário:

[...] a revolução desenvolvia-se pouco a pouco e, realizando a mais grandiosa experiência social de toda a História, preparava-se para dar ao mundo o exemplo de um grande povo que, por seus próprios esforços, emprega todas as suas faculdades, consegue a emancipação e organiza sua vida de acordo com suas necessidades, seus instintos, sua vontade, sem a pressão de uma força exterior para entravá-lo ou obrigá-lo a servir aos interesses de uma casta privilegiada. Mas, infelizmente, entre os homens que mais contribuíram para dar o golpe de misericórdia no velho regime, havia fanáticos doutrinários, ferozmente autoritários, porque firmemente convencidos de possuir “a verdade” e de ter por missão *salvar* o povo que, segundo eles, só podia ser salvo se seguisse os caminhos que lhes traçavam. Aproveitando-se do prestígio que lhes dava o papel que desempenharam na revolução e aproveitando-se, sobretudo, da força que lhes dava sua própria organização, essas pessoas conseguiram apoderar-se do poder e reduziram os outros à impotência, particularmente os anarquistas que haviam contribuído, tanto quanto eles, e talvez mais, para a revolução, mas sem poder opor-se legitimamente a esta usurpação porque estavam dispersos, sem acordo prévio, quase sem organização. A partir daí a revolução estava condenada. (MALATESTA, 2014h, p. 229-230, grifo do autor)

É interessante notar que a posição de Malatesta frente aos socialistas estatistas que preconizam a necessidade da revolução não possui mudanças significativas com o advento do bolchevismo e da ampliação da vertente marxista-leninista. É bom lembrarmos que Malatesta se torna anarquista ainda em 1871, quando se filia à Primeira

Internacional e à Aliança da Democracia Socialista (ADS) fundada, entre outros, por Mikhail Bakunin; participa do Congresso de fundação da Internacional Antiautoritária em 1872 e segue como anarquista até o fim de sua vida. Dessa forma, Malatesta se utilizou de princípios libertários para fazer críticas ao Estado, mesmo àqueles que se apregoam revolucionários; posteriormente, pôde examinar o caso russo a partir dos elementos caros a uma análise libertária; teve uma corroboração empírica que acaba por reforçar ainda mais os seus princípios e a confiança em seu método de análise; e volta a tratar o assunto de forma generalizada, agora com o exemplo russo para dar mais peso a suas afirmações:

Em todas as épocas e em todos os países, quando, após ter derrubado um governo, o povo submeteu-se a um novo governo ao invés de continuar sua obra de libertação, este governo, para permanecer no poder e impedir que a revolução continue e desenvolva-se, sempre empregou meios de repressão do mesmo tipo ou piores que aqueles utilizados pelo regime derrubado. Os pretensos “tribunais revolucionários” sempre foram injustos, do mesmo modo que os tribunais militares e, a pretexto de defender a “revolução”, como os outros para defender a “ordem”, dirigiram seus golpes principalmente contra os revolucionários que eram uma ameaça ao poder recentemente constituído. (MALATESTA, 2014i, p. 216)

4. Considerações finais

Como se pôde notar, no primeiro tópico apresentamos não apenas a crítica malatestiana à vertente reformista do socialismo, mas também expomos sua visão sobre “reformas” que seriam adequadas estrategicamente, ou seja, aquelas que constituíssem meios coerentes com os fins e que pudessem dar enraizamento a um processo revolucionário. O que vimos, portanto, nos dá elementos importantes para se pensar a estratégia defendida por Malatesta. No segundo tópico, expomos as críticas malatestianas referente à utilização do Estado como etapa transitória na revolução, abarcando sua condenação à ideia leninista de “ditadura do proletariado”.

Sua crítica às reformas parlamentares como meio para o socialismo envolve o entendimento de que as leis foram formuladas por indivíduos privilegiados no sistema para manter expressamente seus privilégios, com o adicional de que todo aquele que entra para o parlamento passaria a fazer parte de uma nova classe, não mais representando o anseio dos trabalhadores. Inclui-se aí o fato de que as decisões continuariam a ser tomadas “de cima para baixo”, mantendo-se a forma autoritária de se

fazer política – o que, para Malatesta, é inevitável enquanto o Estado não for abatido.

As críticas malatestianas à vertente estatista revolucionária do socialismo envolvem basicamente o mesmo argumento, com a inclusão de alguns fatores. Para Malatesta, toda política acionada por meio do Estado é uma política autoritária. Isso se deve à própria natureza da instituição estatal. Consequentemente, tanto a vertente estatista reformista quanto a revolucionária são passíveis de crítica. Malatesta preconiza a necessidade da revolução, porque a entende como inevitável para a emancipação popular, mas nega a utilização do Estado nesse processo. Para ele, o Estado precisa ser desmantelado, não conquistado. Essa visão fornece elementos para uma crítica específica à “ditadura do proletariado” nos moldes bolcheviques e para uma crítica mais geral à concepção de que a mudança revolucionária deveria ser acionada de cima, por meio do Estado, e imposta ao povo.

Referências

- ARSHINOV, P. *História do Movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses na Ucrânia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- AVRICH, P. *Kronstadt 1921*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2003.
- BERTHIER, R. *Poder, Classe Operária e “Ditadura do Proletariado”*. São Paulo: Imaginário/ Faísca, 2010.
- FABBRI, L. *Ditadura y Revolución*. Buenos Aires: Proyección, 1967.
- LENIN, V. Primeiro Projeto de Resolução do X Congresso do PC da Rússia Sobre o Desvio Sindicalista e Anarquista Em Nosso Partido. In: *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- LUTA LIBERTÁRIA (org.). Malatesta e Luigi Fabbri: O anarco-comunismo organicista. In: *Errico Malatesta e Luigi Fabbri: Anarco comunismo italiano*. São Paulo: Coletivo Editorial LL, 2002.
- MALATESTA, E. A política parlamentar no movimento socialista. In: *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. São Paulo: Global, 1986
- _____. Rumo à Anarquia. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989a.
- _____. Programa Anarquista. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989b.
- _____. Infiltrações Burguesas na Doutrina Socialista. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014a.
- _____. Novamente sobre o Comunismo e a Anarquia. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014b.
- _____. “Socialistas”? In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014c.
- _____. Os Anarquistas e os Socialistas – Afinidades e Oposições. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014d.
- _____. Carta a Luigi Fabbri relativa à “Ditadura do Proletariado” (prefácio do livro *Ditadura e Revolução*). In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*.

São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014e.

_____. Uma vez mais sobre Anarquismo e Comunismo. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014f.

_____. Entrevista de Malatesta (Fragmento). In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014g.

_____. Bolchevismo e Anarquismo. A propósito do livro Ditadura e Revolução, de L. Fabbri (prefácio da edição espanhola). In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014h.

_____. Sob um regime de Ditadura "Proletária". A justiça segundo os Comunistas Ditatoriais. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014i.

REIS, C. O caráter estratégico da organização e do uso da violência em Errico Malatesta. In: *Opinião Filosófica*. Volume 6, num. 1, 2015.

SAMIS, A.; LIRA, J.; MOTTA, K. O Anarquismo de Proudhon a Malatesta. In: *Errico Malatesta: Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014.

VILAIN, E. Marxismo e anarquismo: aproximação, síntese ou separação? In: *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.